

Para acessar o relatório completo clique [aqui](#).

3. CENÁRIOS FISCAIS

3.1 Projeções para o resultado primário e teto de gastos

Descumprimento do teto deve ocorrer em 2022 e gatilhos podem gerar risco para o funcionamento do Estado. A IFI atualiza semestralmente (maio e novembro) suas projeções macroeconômicas e, a partir delas, recalcula as estimativas para os indicadores fiscais. Em novembro de 2018, o quadro previsto já era bastante desafiador, mas o resultado da incorporação das novas premissas para o PIB, inflação e outras variáveis relevantes no desenho das projeções indica que a melhoria das condições fiscais do país não será tarefa trivial.

O novo cenário base indica que o déficit primário levará mais tempo para ser revertido. Já o descumprimento do chamado teto de gastos públicos, que no cenário anterior era esperado para 2021, deve ocorrer um ano depois, em 2022. Essa melhora pontual em relação ao teto se deve, basicamente, à incorporação das despesas obrigatórias realizadas em 2018 (menores do que o esperado) e ao reajuste do teto, em 2020 e 2021, um pouco acima do esperado nas nossas projeções de novembro passado.

O acionamento dos gatilhos, que no cenário base deve ocorrer a partir de 2023, pode resolver parcialmente o ajuste pelo lado dos gastos, mas afetaria o funcionamento do Estado brasileiro.

Nova mecânica das projeções da IFI contempla de maneira mais transparente os efeitos das regras fiscais vigentes. A partir desta edição do RAF, as simulações feitas para o resultado primário seguem nova metodologia. Até novembro do ano passado, indicávamos o ano em que o teto de gastos tenderia a ser descumprido em todos os cenários – base, otimista e pessimista –, mas assumíamos a premissa de cumprimento do teto de gastos ao longo da série. O risco de descumprimento é medido pela observação da Margem Fiscal. Sempre que a Margem fica abaixo de um patamar mínimo de gastos necessários ao funcionamento da máquina, isso representa risco elevado de descumprimento do teto.

A Margem Fiscal é o espaço fiscal para ajustar as contas públicas, descontadas as despesas obrigatórias e as discricionárias necessárias para cumprimento de mínimos constitucionais. É, portanto, uma medida da capacidade de ajuste fiscal no curto prazo. A Margem Fiscal é calculada como a diferença entre a evolução das “despesas sujeitas ao teto” (limitada à inflação passada) e a evolução das despesas mais rígidas no curto prazo. Se as despesas obrigatórias têm caráter mandatório, como o nome diz, resta à parte discricionária do gasto contemplar o ajuste necessário para cumprimento da regra do teto. Mas parte das discricionárias ainda deve ser executada para efeito de cumprimento de mínimos constitucionais: saúde, educação e emendas parlamentares. O resultado é que, sob o teto de gastos, um conjunto limitado de despesas pode ceder espaço para o avanço das despesas obrigatórias.

Há um limite mínimo para o funcionamento da máquina pública. Contudo, há um limite para o corte das despesas discricionárias. Quando ele é atingido, isso implica descumprimento do teto e acionamento dos gatilhos previstos na Emenda Constitucional nº 95 (regra do teto), porque tanto as obrigatórias quanto as discricionárias já não poderiam mais diminuir para atender ao teto constitucional. Alternativamente, seria teoricamente possível imaginar a não realização de uma parte dessas despesas discricionárias mínimas, mas isso representaria, em boa medida, a configuração de um quadro próximo do que se convencionou chamar de “*shutdown*” ou paralisação da máquina pública.

A IFI considera que a execução mínima de despesas discricionárias sem implicar paralisação da máquina pública é próxima a R\$ 75 bilhões em 2019. O parâmetro foi definido no início de 2017, quando havia sido identificada uma necessidade de contingenciamento que levaria as despesas discricionárias ao patamar próximo de R\$ 70 bilhões. Na ocasião, a limitação de empenho acabou sendo inferior ao necessário e a justificativa do governo foi a possibilidade de inviabilizar o funcionamento das políticas públicas. Nos nossos cenários, estipulamos o valor de R\$ 75 bilhões para 2019 e o reajustamos pela inflação nos anos seguintes.

Nas novas projeções, acionamento dos gatilhos implica ajuste relevante no gasto com pessoal. O efeito dos gatilhos recai, principalmente, sobre os gastos com pessoal. A EC 95 determina que as despesas com pessoal ficarão praticamente estagnadas, no caso de descumprimento do teto, uma vez que novas contratações serão permitidas apenas para reposição de servidores efetivos e reajustes salariais estarão proibidos. Ainda que o próprio texto constitucional fixe uma recomposição anual para a remuneração dos servidores, não há previsão de valor mínimo para essa taxa. No limite, ela poderia ser, inclusive, inferior à inflação¹⁷. Assim, consideramos, por hipótese, nas nossas previsões, que o acionamento dos gatilhos da EC 95 é a manutenção, em termos nominais, dos gastos com pessoal.

“Baseline” é alterado se compatibilizar com dados do Tesouro e tornar análise mais direta. A partir dessas considerações iniciais, apresentaremos, a seguir, os novos números projetados. Ao final deste relatório, é possível encontrar as novas tabelas do chamado “baseline” da IFI, isto é, dos cenários prospectivos para as receitas e despesas. As tabelas (16, 17 e 18) são apresentadas também para os cenários otimista e pessimista. Optamos por uma abertura mais próxima da realizada nos Relatórios do Tesouro Nacional (RTN), para facilitar o acompanhamento e reprodução dos cálculos. Os números são mostrados em reais correntes e em percentual do PIB e podem ser acessados no repositório de dados mantido em nosso site institucional¹⁸.

Meta de déficit primário, de R\$ 139 bilhões, será cumprida em 2019. As novas projeções apontam uma piora do déficit primário em relação a 2018 (Tabela 11). O crescimento das receitas primárias tem sido tímido. nesses primeiros meses do ano, como mostramos na seção de conjuntura. A receita projetada para 2019 deverá ser insuficiente para compensar o avanço das despesas obrigatórias, produzindo um déficit primário de R\$ 139 bilhões, alinhado à meta fixada pelo governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O cálculo já considera o contingenciamento a ser concretizado até o fim do ano, como explicaremos.

TABELA 11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita total	1.484	1.527	1.596	1.709	1.831	1.960	2.092	2.233	2.383	2.545	2.719	2.906	3.106
Transferências a E&M	257	264	271	293	316	341	366	394	423	455	489	526	565
Receita Líquida	1.228	1.262	1.324	1.417	1.515	1.619	1.725	1.839	1.960	2.090	2.230	2.380	2.540
Despesa Primária	1.352	1.401	1.449	1.526	1.614	1.683	1.762	1.842	1.933	2.026	2.135	2.247	2.378
Obrigatórias	1.223	1.298	1.373	1.447	1.532	1.599	1.674	1.751	1.838	1.928	2.033	2.141	2.268
Previdência	586	626	688	739	791	841	896	956	1.021	1.092	1.171	1.259	1.359
Pessoal	298	319	334	349	364	365	365	365	366	366	366	367	367
Abono e Seguro	54	56	44	46	49	52	54	57	60	63	66	70	73
BPC	56	60	63	67	71	75	79	83	88	93	98	104	110
Bolsa Família	30	34	35	36	38	39	41	42	44	46	47	49	51
Demais obrigatórias	199	203	209	210	219	227	239	247	260	269	283	292	308
Discricionárias (Executivo)	129	104	75	78	82	85	88	91	95	98	102	106	110
Resultado primário	-120	-139	-124	-109	-99	-64	-36	-4	27	64	95	133	163

Fonte: Tesouro (2018) e IFI (anos seguintes).

Receitas e despesas projetadas levam a déficit maior que a meta, ao qual se aplica expectativa de contingenciamento. A IFI projeta as receitas, com base na evolução da atividade econômica. As elasticidades são próximas da unidade, variando no caso de receitas administradas, previdenciárias (INSS) e não administradas. Consideramos, ainda, possibilidade de ocorrência de eventos não recorrentes, como é o caso da cessão onerosa, contemplada apenas no cenário otimista de projeções. Já as despesas são projetadas linha a linha, segundo premissas que

¹⁷ Há precedente, nos anos 1990, de reajustes inferiores à evolução da inflação.

¹⁸ Veja aqui o repositório de dados da IFI - <https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/dados>

podem ser analisadas na Tabela 12. A partir dessas projeções, obtém-se um resultado primário inicial, que é ajustado pela possibilidade de contingenciamento.

TABELA 12. PREMISSAS PARA AS PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS DA IFI

Despesas	Premissas
Benefícios previdenciários	Projeções conforme RAF de abril Cenário base: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e 0,5% nos anos seguintes)
Pessoal e encargos sociais	Cenário otimista: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e -0,5% nos anos seguintes)
	Cenário pessimista: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e 2,0% nos anos seguintes)
Abono salarial e Seguro desemprego	INPC (t-1) mais crescimento da população ocupada
BPC	Projeções conforme NT 28 (ajustadas para critério do Tesouro)
Compensação pelas Desonerações da Folha	Projeção do Executivo em 2019, R\$ 8,0 bilhões em 2020 e R\$ 2,0 bilhões em 2021. Zero nos anos seguintes
Complementação da União ao FUNDEB	PIB Nominal
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	IPCA (t-1)
Precatórios e sentenças judiciais	Pessoal
	Previdenciários, BPC e demais
Subsídios e Subvenções	Projeção do Executivo em 2019. IPCA (t-1) nos anos seguintes
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	Projeção do Executivo em 2019. Média histórica em 2020. IPCA (t-1) nos anos seguintes
Lei Kandir	Valor fixo de R\$ 1.910 milhões em toda a série
Financiamento de Campanha Eleitoral	Em anos pares, IPCA (dois anos anteriores). Em anos ímpares, zero.
Bolsa Família	Em 2019, IPCA (t-1) mais 8,3%. Nos anos seguintes, IPCA (t-1)
Demais obrigatórias	IPCA (t-1)
Discrecionárias do Poder Executivo	IPCA (t-1) - Contingenciamento (em 2019 e 2020)
	Cenário base: 80% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. 100% do impacto projetado pela IFI para o abono salarial. Não considera alteração nas regras atuais do BPC
	Cenário otimista: 100% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. 100% do impacto projetado pela IFI para o abono salarial. Não considera alteração nas regras atuais do BPC
Impactos da Reforma da Previdência (PEC 6/2019)	Cenário pessimista: 40% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. Não considera alteração nas regras atuais do abono salarial e do BPC

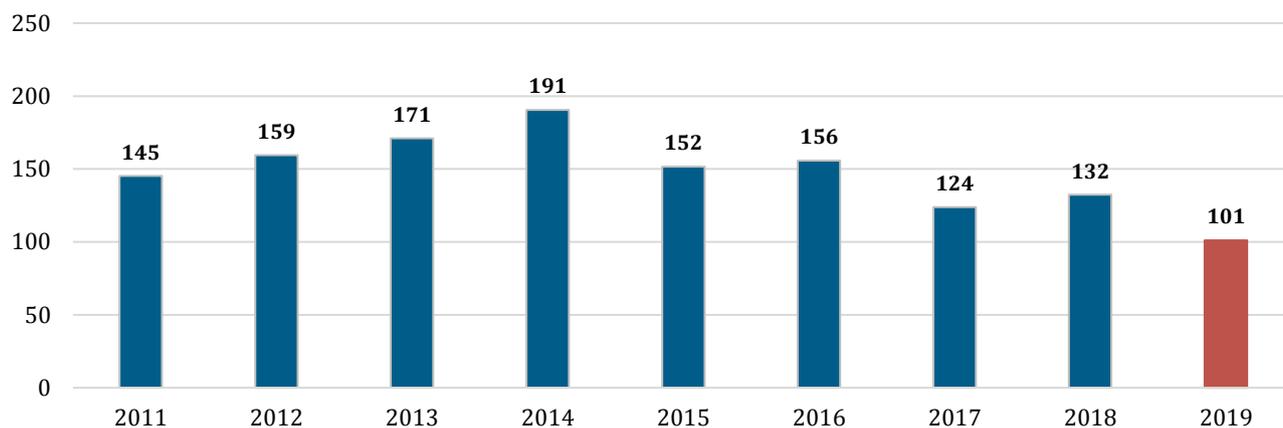
Fonte: IFI.

Déficit projetado para 2019 é de R\$ 169 bilhões. Para cumprir a meta da LDO, prevemos forte ajuste nas discricionárias. A descrição dos números de 2019 ajuda a entender a lógica dos cálculos. Para 2019, a projeção de receita líquida é R\$ 1.262 bilhões e a de despesas, R\$ 1.401 bilhões, resultando em déficit primário de R\$ 139 bilhões. Contudo, a projeção inicial de despesas, antes do contingenciamento, era maior: R\$ 1.431 bilhões. Deste total, R\$ 1.298 bilhões referiam-se às despesas obrigatórias e R\$ 134 bilhões às discricionárias, o que resultaria em déficit primário de R\$ 169 bilhões (R\$ 1.262 menos R\$ 1.431 bilhões).

Como as despesas discricionárias estavam projetadas em nível superior ao mínimo necessário para o funcionamento da máquina pública (R\$ 75 bilhões, em 2019, conforme estimativa da IFI), o déficit de R\$ 169 bilhões não seria crível, uma vez que o governo poderia cortar R\$ 30 bilhões desse grupo de gastos, manter uma execução de discricionárias de R\$ 104 bilhões (R\$ 134 bilhões menos R\$ 30 bilhões) e entregar um resultado primário alinhado à meta da LDO. Por essa razão, sempre que essa situação ocorre, nossa projeção é igualada à prevista na LDO.

Um dos resultados dessa mecânica é que o gasto discricionário deverá encerrar o exercício em nível historicamente baixo. Em 2019, o patamar das discricionárias deverá ser 24% inferior ao de 2018 e 47% inferior ao de 2014 (Gráfico 1).

GRÁFICO 16. GASTO DISCRICIONÁRIO DA UNIÃO (R\$ BILHÕES, PREÇOS DE MAR/19)



Fonte: Tesouro (2011 a 2018) e IFI (2019).

A partir do quadro de projeções, criamos uma classificação para acompanhamento do teto. Em 2019, o quadro é de baixo risco de descumprimento do teto de gastos. Ainda haveria uma margem relativamente alta nas despesas discricionárias, mesmo quando considerado o nível crítico de R\$ 75 bilhões. Criamos, a partir disso, uma classificação de risco para melhor avaliar, ano a ano, a probabilidade de descumprimento do teto de gastos: baixo, moderado e alto.

O risco é considerado baixo quando a Margem Fiscal calculada pela IFI (despesas obrigatórias e discricionárias totais menos despesas obrigatórias sujeitas ao teto e despesas discricionárias sujeitas ao teto) representar patamar igual ou superior a 110% do nível mínimo de discricionárias para o funcionamento da máquina pública. O risco é moderado se a Margem representar de 90% a 110% do nível crítico e, finalmente, é considerado alto no caso de razão inferior a 90%. Quando identificamos um risco alto de descumprimento do teto, implementamos automaticamente o acionamento dos gatilhos previstos na EC 95 no exercício subsequente. Entendemos que tal abordagem deixa a evolução prospectiva dos indicadores fiscais mais transparente.

Risco de descumprimento do teto é baixo, em 2019, porque a Margem Fiscal representa 147% do nível mínimo de despesas discricionárias para o funcionamento do Estado. Em 2019, a Margem Fiscal calculada é de R\$ 110 bilhões e o nível mínimo é de R\$ 75 bilhões, uma razão de 147%. Portanto, o risco é classificado como baixo. A Tabela 13 explicita os riscos calculados por essa metodologia para todos os anos até 2030, aplicando-se correção pelo IPCA ao nível crítico de R\$ 75 bilhões. A tabela ainda informa os riscos de descumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO (até 2020, pois para os anos subsequentes as metas da LDO são indicativas) e os anos em que, em cada cenário (base, pessimista e otimista), o resultado primário voltaria a ser superavitário, segundo nossas estimativas.

TABELA 13. BALANÇO DE RISCOS E RETORNO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Risco de descumprimento de teto de gastos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Baixo	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Base	Baixo	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Pessimista	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco de descumprimento/revisão da meta de resultado primário*	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Base	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Pessimista	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retorno do superávit primário	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	DP	DP	DP	DP	DP	SP						
Cenário Base	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	SP	SP	SP	SP	SP
Cenário Pessimista	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	SP	SP	SP	SP	SP

Fonte: IFI. * Nos seus cenários, a IFI considera a meta de resultado primário apenas para 2019, conforme LDO 2019, e para 2020, conforme PLDO 2020. Na PLDO, as metas para 2021 e 2022 são apenas indicativas e, portanto, sensíveis a resultados fiscais ainda desconhecidos. DP = déficit primário e SP = superávit primário.

Em 2021, risco de descumprimento do teto de gastos é classificado pela IFI como moderado. O primeiro ano em que o risco de descumprimento do teto de gastos se torna mais elevado, passando à classificação moderado, no cenário base da IFI, é 2021. Lá, de acordo com nossas projeções, o governo teria uma receita líquida de R\$ 1.709 bilhões, uma despesa total de R\$ 1.526 bilhões, com despesas discricionárias de R\$ 78 bilhões e Margem Fiscal de R\$ 80 bilhões, equivalente a 99% do nível crítico de R\$ 81 bilhões e, portanto, dentro do intervalo de 90% a 110%.

A partir de 2022, risco de descumprimento do teto é alto, condição que persistirá até 2030. Já em 2022, o risco passa de moderado para alto. As receitas líquidas ficariam em R\$ 1.515 bilhões e as despesas em R\$ 1.614 bilhões, resultando em déficit primário de R\$ 99 bilhões. As despesas obrigatórias são estimadas em R\$ 1.532 bilhões e as discricionárias, em R\$ 82 bilhões, sendo a Margem Fiscal calculada em R\$ 56 bilhões e o nível mínimo de gastos discricionários para o funcionamento da máquina estimado em R\$ 85 bilhões. Neste caso, como a Margem Fiscal representa apenas 66% do nível crítico, o teto teria probabilidade alta de ser descumprido, uma vez que, para manter o patamar mínimo de gastos discricionários necessários ao funcionamento do Estado e cumprir todas as outras obrigações, a despesa primária total acabaria por ultrapassar o limite constitucional.

Nas nossas projeções, acionamento dos gatilhos provoca estagnação do gasto de pessoal em R\$ 365 bilhões¹⁹. Neste caso, os gatilhos previstos na EC 95 seriam acionados. Isto é, em 2022, constatando-se o risco de descumprimento, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023 teria de contemplar a evolução das despesas já incorporando os gatilhos. Assim, nosso cenário base prevê o seu acionamento, que levará às seguintes projeções para 2023: receitas líquidas de R\$ 1.619 bilhões (variável não afetada pelos gatilhos); despesas primárias totais de R\$ 1.683 bilhões, com R\$ 365 bilhões de gastos de pessoal (afetados diretamente pelos gatilhos); R\$ 85 bilhões de despesas discricionárias, R\$ 51 bilhões de Margem Fiscal, R\$ 89 bilhões de nível mínimo para o funcionamento da máquina pública e R\$ 64 bilhões de déficit primário. A razão de 175% entre nível mínimo e Margem Fiscal, superior a 110%, levará à conclusão de risco alto, novamente, de descumprimento do teto.

¹⁹ Na verdade, a parcela do gasto de pessoal referente a precatórios continua a crescer pela inflação, mas o restante fica estacionado no nível de 2022, em termos nominais.

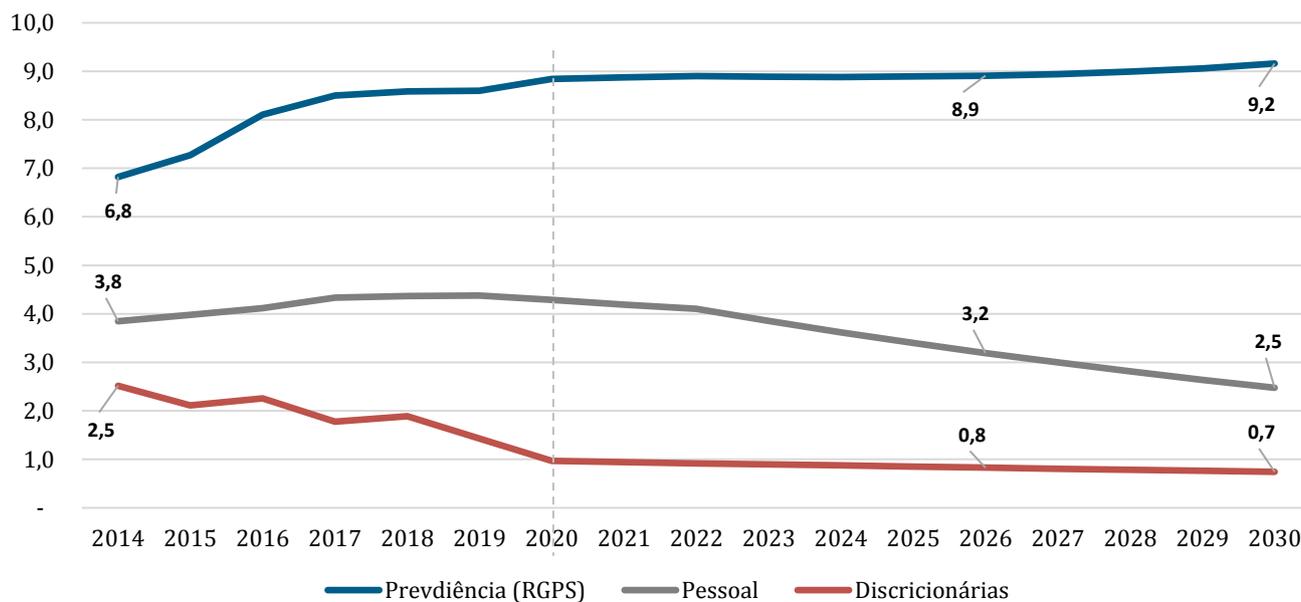
Apesar do rompimento do teto, o déficit primário seria revertido a partir de 2026. Esse quadro de risco alto de descumprimento persistiria até 2030, pelo menos, último ano do nosso cenário preditivo. O resultado primário, por sua vez, passaria a ser superavitário em 2026, convergindo a um esforço de R\$ 163 bilhões ou 1,1% do PIB em 2030.

Fatores conjunturais tornam cenários instáveis e incertos. A análise desses resultados deve ser relativizada em razão do elevado grau de instabilidade dos cenários preditivos, explicada por um contexto de incerteza e confiança ainda abaladas, quadro político conturbado, atrasos na tramitação da Reforma da Previdência no Congresso, elevado nível de desemprego e dificuldade de recuperação da economia doméstica. Esses fatores tornam a tarefa de elaborar cenários – para a qual a IFI tem mandato legal conferido pela Resolução nº 42/2016 – mais complexa e, naturalmente, mais necessária. O objetivo da IFI não é, necessariamente, acertar projeções, mas, sim, prover informações que ajudem a mapear riscos e possam ajudar a melhorar o quadro fiscal.

Cenário de acionamento de gatilhos, a partir de 2023, reduziria gasto com pessoal em quase 2 pontos do PIB.

Feita essa importante ressalva, cabe ressaltar que os resultados do novo cenário base de projeções da IFI são muito negativos. A regra de limitação para os gastos públicos à inflação passada foi criada há pouco tempo, em 2016, com efeitos a partir de 2017 e, no momento em que ela realmente começaria a produzir limitações mais efetivas à evolução do gasto, poderá acabar, na prática, gerando um quadro marcado pelo efeito de gatilhos que não necessariamente resolveriam o desequilíbrio fiscal. Como se pode observar pelo Gráfico 17, o gasto com pessoal previsto reduziria de 4,2% do PIB para 2,5% do PIB entre 2020 e 2030. Essa redução seria não apenas provocada por ausência de reajustes reais e nominais, mas também pelas restrições para realização de concursos públicos.

GRÁFICO 17. EVOLUÇÃO DE GASTOS SELECIONADOS NO CENÁRIO BASE DA IFI (% DO PIB)

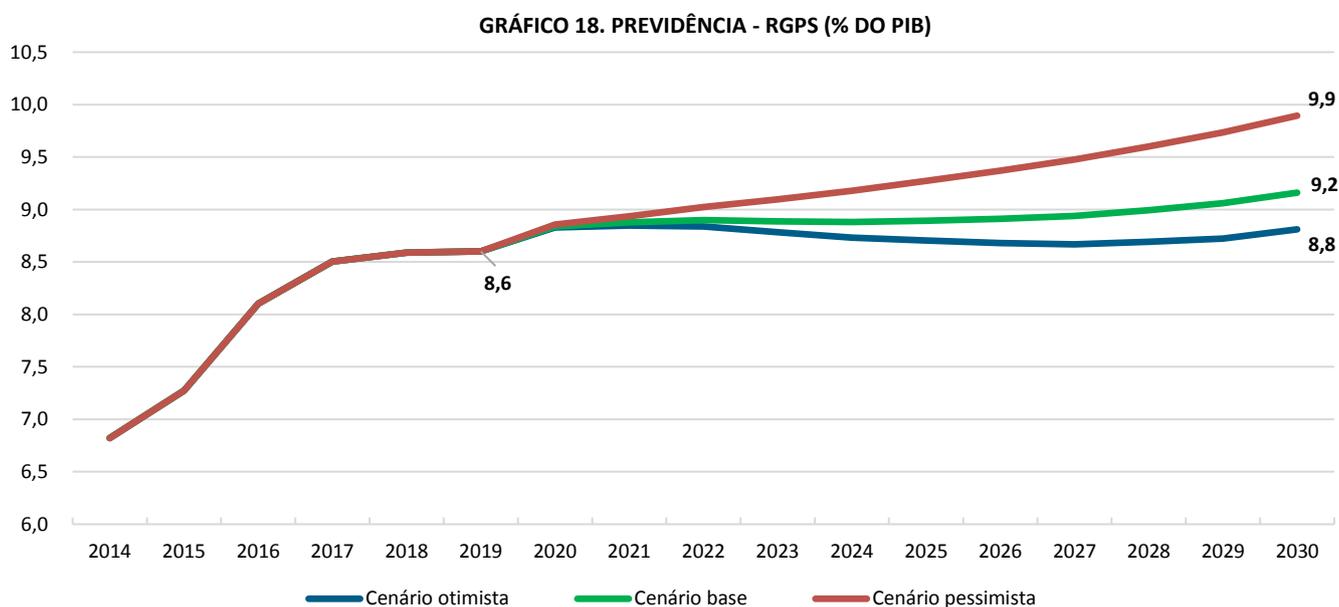


Fonte: Tesouro (2014 a 2018) e IFI (anos seguintes).

Paralisação ou mau funcionamento do Estado é risco a ser evitado. Trata-se de um quadro que pode trazer riscos de natureza não apenas fiscal, mas de elaboração e execução de políticas públicas. Um quadro de redução de servidores e congelamento de salários nominais pode representar séria restrição ao funcionamento do Estado. O risco é de paralisação ou mau funcionamento da máquina pública, mesmo com algum ajuste fiscal sendo realizado via funcionamento dos gatilhos da EC 95. Não cabe à IFI opinar sobre se este é um cenário desejável ou não. Na verdade, o que apresentamos

neste relatório é o resultado de simulações de regras já aprovadas na Constituição. Ao fornecer essas projeções, é possível que se antecipe uma discussão muito relevante a respeito das regras fiscais e de como elas recairão sobre a realidade da economia e das contas públicas.

As regras fiscais (resultado primário e teto) estabelecem, na prática, uma ordem para as despesas que serão ajustadas. As primeiras, são as discricionárias, cujo limite é imposto pelo mínimo necessário ao funcionamento da máquina pública. O segundo grupo é o gasto com pessoal, que será afetado imediatamente quando do acionamento dos gatilhos, isto é, assim que se esgotar o ajuste via gastos discricionários. Assim, as principais tendências para o gasto primário, no cenário base, são: queda expressiva das despesas discricionárias e do gasto com pessoal. É importante ressaltar que os gatilhos não gerarão implicações automáticas ou diretas sobre o gasto previdenciário – seja o do INSS ou o dos servidores. O Gráfico 18 ilustra a evolução, nos três cenários, para os gastos do RGPS.



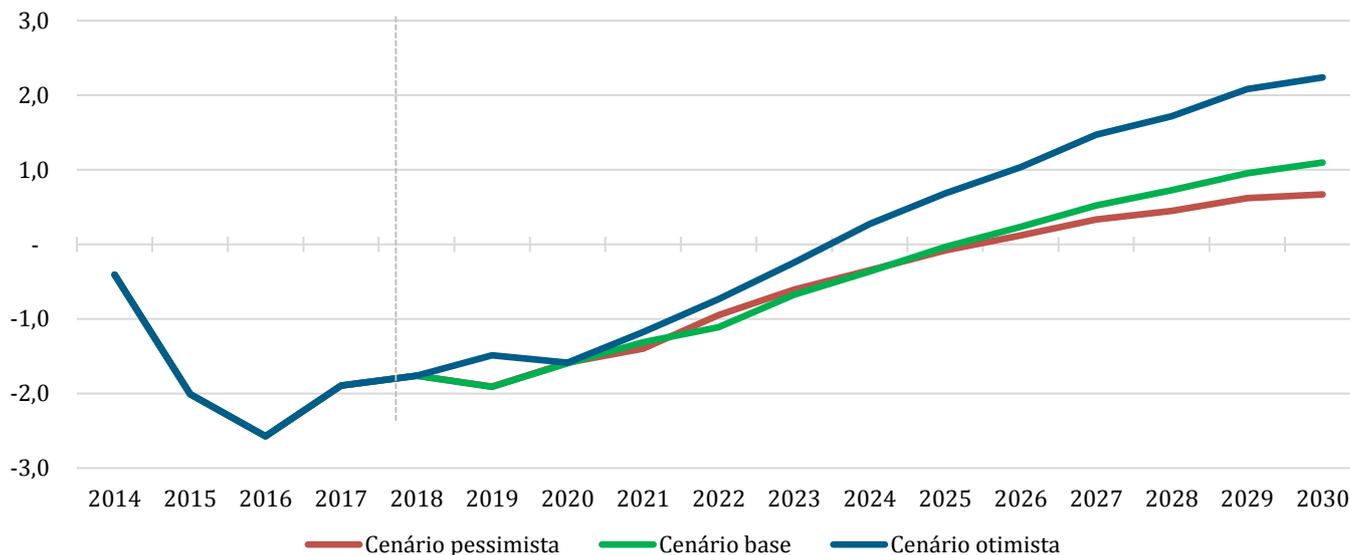
Fonte: Tesouro (2014 a 2018) e IFI (anos seguintes).

Outro ponto importante a destacar é que as projeções ora apresentadas já contemplam os efeitos da PEC da Reforma da Previdência (6/2019) sobre os gastos previdenciários. Os cálculos da IFI apresentados no RAF de abril foram incorporados da forma como explicamos no quadro a seguir. O cenário contempla 80% dos efeitos programados para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mantidas as alterações previstas para o Abono Salarial e excluída a medida do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para os outros cenários, assumimos premissas distintas, tendo em vista o quesito impacto fiscal, dimensão que cabe à IFI considerar sempre em suas avaliações. As tabelas 16 a 18, ao final do RAF, esmiuçam todas as premissas para os gastos previdenciários e demais componentes da despesa primária.

Cenário pessimista pode ter superávit primário apenas em 2026, que convergiria, até 2030, para menos de 1% do PIB, impedindo restabelecimento de uma relação dívida/PIB estável no horizonte considerado. Nos cenários alternativos – pessimista (segundo mais provável) e otimista –, segue-se a mesma lógica apresentada: projeções para as receitas com base nas variáveis macroeconômicas do cenário respectivo e despesas seguindo o exposto na Tabela 13. A lógica de acionamento dos gatilhos é a mesma, ainda que os resultados sejam distintos. A geração de resultado primário também é diferente, como se pode ver pelo Gráfico 19.

No otimista, o primário vai a 2,2% do PIB e retorna ao campo positivo a partir de 2024. No pessimista, o primário atinge 0,7% do PIB, mas só volta ao campo positivo em 2026. O cenário base, já apresentado, atinge 1,1% do PIB de superávit, em 2030, e torna-se superavitário apenas a partir de 2026. Os cenários base e pessimista são parecidos, o que acende o “sinal amarelo” no balanço de riscos do quadro fiscal brasileiro. Como mostraremos na próxima seção, a dívida bruta corre risco de atingir 100% do PIB, no pessimista, já em 2026, entrando em dinâmica ascendente que será ainda mais difícil de ser equacionada.

GRÁFICO 19. RESULTADO PRIMÁRIO NOS DIFERENTES CENÁRIOS (% DO PIB)



Fonte: Tesouro (2014 a 2018) e IFI (anos seguintes).

Em relação aos cenários apresentados em novembro, houve piora expressiva nos três cenários. O cenário base anterior era de superávit primário a partir de 2023 (agora, 2026); o otimista, em 2022 (agora, 2024); e o pessimista, em 2024 (agora, 2026). Não é apenas o quadro dos gastos públicos que preocupa, mas também os efeitos da recuperação frágil da economia sobre a receita, o resultado primário e a relação dívida/PIB.

3.2 Projeções para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

Piora das projeções de primário e PIB afeta dinâmica da dívida. Os cenários da IFI para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), como proporção do PIB, pioraram significativamente. A nova forma de cálculo das projeções para o resultado primário do Governo Central e a incorporação do descumprimento do teto e de suas consequências para cada um dos cenários levaram a estimativas de recuperação mais lenta do esforço fiscal. No entanto, as conclusões dos três cenários seguem as mesmas: no cenário pessimista (o segundo mais provável), a DBGG poderá atingir 100% do PIB rapidamente e entrar em trajetória de não convergência à estabilidade em relação ao PIB.

Resumo dos cenários mostra evolução das projeções da IFI desde 2017. As Tabelas 14 (A, B e C) permitem comparar os cenários base, otimista e pessimista desde o primeiro quadro de projeções feito pela IFI, no início de 2017. Na comparação entre as projeções feitas em novembro de 2018, nossa última revisão de cenários, e as apresentadas agora, os cenários pioraram nas seguintes proporções: no cenário base, na média do período projetado (2019 a 2030), alta de 4,2 pontos percentuais do PIB; no cenário otimista, aumento na média de 9,1 pontos do PIB; e no cenário pessimista, aumento na média de 3,0 pontos do PIB.

TABELAS 14 – A, B E C. CENÁRIOS BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA DA IFI PARA A DBGG/PIB – 2017 A 2019

BASE	RAF - Fev/17	RAF - Jun/17	RAF - Set/17	RAF - Out/17	RAF - Fev/18	RAF - Ago/18	RAF - Nov/18	RAF - Mar/19
2017	76,9%	76,2%	76,3%	76,2%	74,0%	74,0%	74,0%	74,0%
2018	80,2%	80,7%	79,8%	79,3%	75,8%	76,3%	76,0%	77,2%
2019	82,4%	83,9%	83,0%	82,5%	78,7%	78,5%	77,8%	79,6%
2020	82,8%	87,1%	86,5%	86,0%	81,2%	80,5%	79,7%	81,0%
2021	84,3%	89,3%	89,1%	88,6%	83,5%	82,2%	81,0%	82,1%
2022		91,5%	91,7%	91,3%	85,3%	83,5%	82,1%	83,5%
2023		92,4%	92,9%	92,7%	86,6%	84,1%	82,7%	84,6%
2024		92,3%	93,3%	93,3%	86,5%	84,1%	82,7%	85,3%
2025		91,4%	93,3%	93,5%	85,8%	83,3%	82,0%	85,5%
2026		90,6%	92,5%	92,7%	84,5%	81,9%	80,7%	85,2%
2027		88,9%	91,2%	91,6%	82,9%	80,0%	78,9%	84,6%
2028		87,1%	90,0%	90,5%	81,3%	78,2%	77,3%	84,3%
2029		84,3%	87,7%	88,5%	78,9%	75,3%	74,7%	83,3%
2030		81,5%	85,5%	86,6%	76,7%	72,6%	72,2%	82,6%

OTIMISTA	RAF - Fev/17	RAF - Jun/17	RAF - Set/17	RAF - Out/17	RAF - Fev/18	RAF - Ago/18	RAF - Nov/18	RAF - Mar/19
2017		75,7%		75,9%	74,0%	74,0%	74,0%	74,0%
2018		79,2%		78,0%	75,0%	76,25%	75,8%	77,2%
2019		81,5%		79,7%	76,6%	77,1%	76,2%	78,8%
2020		83,4%		81,3%	77,1%	77,8%	76,4%	79,4%
2021		83,9%		81,7%	76,8%	77,4%	76,0%	79,7%
2022		84,6%		82,1%	75,7%	76,3%	74,8%	79,6%
2023		83,3%		80,9%	73,9%	74,5%	72,9%	79,0%
2024		81,0%		78,8%	70,7%	71,2%	69,6%	77,2%
2025		77,6%		75,6%	66,8%	67,2%	65,7%	74,7%
2026		74,2%		72,4%	62,1%	62,4%	61,0%	71,7%
2027		69,7%		68,1%	57,0%	57,1%	55,9%	68,4%
2028		65,1%		63,9%	52,0%	51,9%	50,9%	65,3%
2029		59,4%		58,6%	46,0%	45,7%	45,1%	61,4%
2030		53,6%		53,3%	40,1%	39,7%	39,4%	58,0%

PESSIMISTA	RAF - Fev/17	RAF - Jun/17	RAF - Set/17	RAF - Out/17	RAF - Fev/18	RAF - Ago/18	RAF - Nov/18	RAF - Mar/19
2017		76,9%		76,8%	74,0%	74,0%	74,0%	74,0%
2018		83,9%		82,3%	77,0%	76,8%	76,4%	77,2%
2019		89,1%		88,3%	81,6%	80,2%	79,2%	80,2%
2020		94,4%		94,8%	85,7%	83,8%	82,3%	82,6%
2021		99,0%		100,6%	90,2%	87,2%	85,6%	86,1%
2022		103,9%		106,9%	94,9%	90,8%	88,8%	89,7%
2023		107,8%		112,1%	99,4%	94,0%	91,6%	92,9%
2024		110,9%		116,6%	102,5%	96,5%	93,8%	95,6%
2025		113,4%		120,5%	105,2%	98,5%	95,6%	98,1%
2026		116,3%		124,8%	107,5%	99,9%	96,8%	100,0%
2027		118,5%		128,4%	109,7%	101,0%	97,8%	102,0%
2028		121,0%		132,5%	112,2%	102,2%	99,0%	104,2%
2029		122,6%		135,9%	114,1%	102,5%	99,4%	106,0%
2030		124,5%		139,7%	116,4%	102,9%	100,0%	108,1%

Fonte: IFI.

PIB nominal mais baixo e resultado primário menor em todos os cenários conduzem a trajetórias piores. O principal fator condicionante das mudanças nos cenários, além da piora do resultado primário projetado, foi a redução do PIB nominal. A seguir, descrevemos as mudanças.

No caso do cenário base, houve as seguintes mudanças: a) em novembro de 2018, considerávamos um resultado primário médio do setor público consolidado, entre 2019 e 2030, de R\$ 121,7 bilhões e, agora, projetamos R\$ 5,6 bilhões; e b) o PIB nominal médio, entre 2019 e 2030, passou de R\$ 11,0 trilhões para R\$ 10,7 trilhões.

Quanto ao cenário otimista, houve as seguintes mudanças: a) em novembro de 2018, considerávamos um resultado primário médio, entre 2019 e 2030, de R\$ 268,5 bilhões e, agora, projetamos R\$ 90,6 bilhões; e b) o PIB nominal médio, entre 2019 e 2030, passou de R\$ 11,6 trilhões para R\$ 11,1 trilhões.

Por fim, no cenário pessimista: a) em novembro de 2018, considerávamos um resultado primário médio, entre 2019 e 2030, de R\$ 52,7 bilhões e, agora, projetamos déficit de R\$ 10,5 bilhões; e c) o PIB nominal médio, entre 2019 e 2030, seria de R\$ 11,7 trilhões e, agora, passou a R\$ 11,2 trilhões. A Tabela 15 resume os dados.

TABELA 15 – RESULTADO PRIMÁRIO E PIB NOMINAL – MÉDIAS ANUAIS PARA O PERÍODO 2019 A 2030

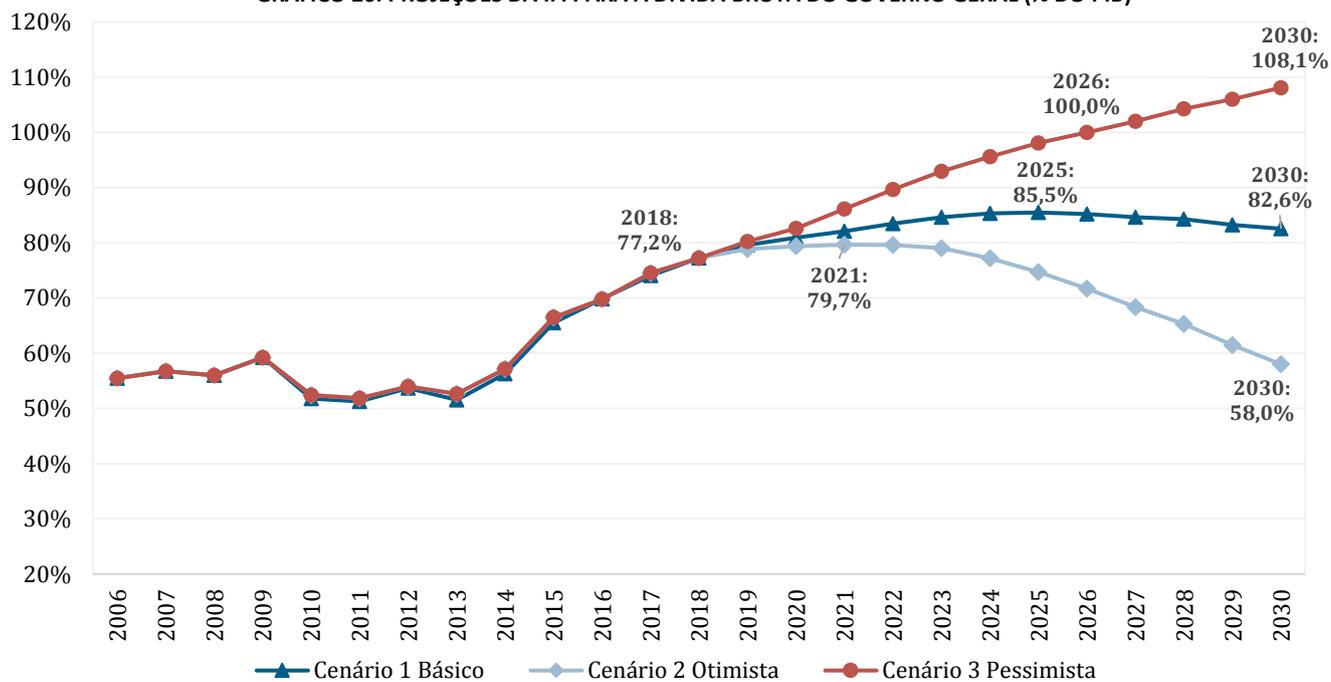
	Resultado primário		PIB nominal	
	nov/18	mar/19	nov/18	mar/19
Base	R\$ 121,7 bi	R\$ 5,6 bi	R\$ 11,0 tri	R\$ 10,7 tri
Otimista	R\$ 268,5 bi	R\$ 90,6 bi	R\$ 11,6 tri	R\$ 11,1 tri
Pessimista	R\$ 52,7 bi	-R\$ 10,5 bi	R\$ 11,7 tri	R\$ 11,2 tri

Fonte: IFI.

Ponto de máximo no cenário base passa de 82,7%, em 2023, para 85,5%, em 2025. Por fim, no Gráfico 20, é possível observar as novas trajetórias para o indicador DBGG/PIB, comparando-se os três cenários. No cenário base, a dívida atinge um pico de 85,5% do PIB, em 2025, passando a cair lentamente a partir de 2026. Antes, o ponto de máximo ocorria em 2023, no nível de 82,7% do PIB (cenário de novembro de 2018).

Cenário pessimista aponta dívida em 100% do PIB já em 2026, e não mais em 2030. Já no cenário pessimista, a DBGG/PIB atinge 100% do PIB em 2026, e não mais em 2030, como no cenário de novembro de 2018. Finalmente, o cenário pessimista também piorou: atinge-se o ponto de máximo (79,7% do PIB) em 2021, enquanto no cenário de novembro de 2018 o pico era menor (76,4% do PIB) e ocorria em 2020; e a queda, a partir de então, é mais branda, convergindo a nível próximo de 60% do PIB e não mais de 40%, como ocorria no cenário anterior da IFI.

GRÁFICO 20. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)



Fonte: IFI.

Tabelas fiscais

TABELA 16. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,74	20,97	20,51	20,53	20,60	20,70	20,74	20,78	20,81	20,84	20,88	20,91	20,94
Transferências a E&M	3,76	3,63	3,49	3,51	3,56	3,60	3,63	3,67	3,70	3,73	3,76	3,78	3,81
Receita Líquida	17,98	17,34	17,02	17,02	17,05	17,10	17,11	17,11	17,11	17,12	17,12	17,12	17,13
Despesa Primária	19,80	19,66	19,04	18,33	18,16	17,78	17,47	17,14	16,88	16,59	16,39	16,17	16,03
Obrigatórias	17,91	17,82	17,65	17,39	17,24	16,89	16,59	16,29	16,05	15,79	15,61	15,41	15,29
Benefícios previdenciários	8,59	8,60	8,84	8,88	8,90	8,89	8,88	8,89	8,91	8,94	8,99	9,06	9,16
Pessoal e encargos sociais	4,36	4,38	4,29	4,19	4,10	3,85	3,62	3,40	3,19	3,00	2,81	2,64	2,48
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,57	0,56	0,55	0,54	0,54	0,53	0,52	0,52	0,51	0,50	0,49
Abono salarial	0,25	0,24	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
Seguro desemprego	0,53	0,53	0,53	0,52	0,51	0,51	0,50	0,49	0,49	0,48	0,47	0,46	0,46
BPC	0,82	0,82	0,82	0,80	0,80	0,79	0,78	0,78	0,77	0,76	0,76	0,75	0,74
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,10	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,20	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Subsídios e Subvenções	0,22	0,28	0,27	0,27	0,26	0,25	0,25	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22
Demais obrigatórias	2,33	2,25	2,18	2,09	2,06	1,99	1,96	1,89	1,86	1,79	1,76	1,69	1,66
Sem controle de fluxo	0,32	0,29	0,27	0,24	0,26	0,23	0,24	0,21	0,23	0,20	0,21	0,19	0,20
Com controle de fluxo	2,01	1,96	1,91	1,85	1,80	1,76	1,72	1,67	1,63	1,59	1,54	1,50	1,46
d/q Bolsa Família	0,44	0,46	0,45	0,44	0,43	0,42	0,41	0,40	0,39	0,37	0,36	0,35	0,34
Discricionárias do Executivo	1,89	1,43	0,97	0,94	0,92	0,90	0,87	0,85	0,83	0,81	0,78	0,76	0,74
Pré-contingenciamento	1,89	1,84	1,39	0,94	0,92	0,90	0,87	0,85	0,83	0,81	0,78	0,76	0,74
Contingenciamento (-)	0,00	0,41	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	-1,76	-1,91	-1,59	-1,31	-1,11	-0,68	-0,36	-0,03	0,23	0,52	0,73	0,95	1,10
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.827,6	7.280,1	7.780,8	8.324,3	8.886,8	9.467,2	10.085,3	10.745,4	11.453,5	12.211,9	13.024,5	13.896,3	14.832,9

TABELA 17. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,74	21,72	20,52	20,57	20,75	20,79	20,95	20,97	20,99	21,10	21,09	21,20	21,20
Transferências a E&M	3,76	3,76	3,49	3,52	3,58	3,62	3,67	3,70	3,73	3,77	3,79	3,84	3,86
Receita Líquida	17,98	17,96	17,03	17,05	17,17	17,18	17,28	17,27	17,26	17,32	17,29	17,37	17,34
Despesa Primária	19,80	19,45	19,11	18,23	17,91	17,42	17,00	16,58	16,22	15,86	15,58	15,29	15,10
Obrigatórias	17,91	17,82	17,53	17,18	16,90	16,45	16,07	15,68	15,36	15,02	14,77	14,51	14,36
Benefícios previdenciários	8,59	8,60	8,83	8,85	8,84	8,78	8,73	8,71	8,68	8,67	8,69	8,72	8,81
Pessoal e encargos sociais	4,36	4,37	4,21	4,06	3,90	3,63	3,39	3,16	2,94	2,74	2,55	2,37	2,21
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,56	0,55	0,54	0,53	0,52	0,50	0,49	0,48	0,47	0,46	0,45
Abono salarial	0,25	0,24	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03
Seguro desemprego	0,53	0,53	0,52	0,51	0,50	0,49	0,48	0,47	0,46	0,45	0,44	0,43	0,42
BPC	0,82	0,82	0,81	0,80	0,78	0,77	0,76	0,75	0,74	0,72	0,71	0,70	0,69
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,10	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,20	0,18	0,18	0,17	0,17	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Subsídios e Subvenções	0,22	0,28	0,27	0,26	0,25	0,25	0,24	0,23	0,23	0,22	0,21	0,20	0,20
Demais obrigatórias	2,33	2,25	2,16	2,07	2,02	1,92	1,87	1,78	1,73	1,65	1,60	1,52	1,48
Sem controle de fluxo	0,32	0,29	0,27	0,24	0,25	0,22	0,23	0,20	0,21	0,19	0,20	0,17	0,18
Com controle de fluxo	2,01	1,95	1,89	1,83	1,77	1,70	1,64	1,58	1,52	1,46	1,41	1,35	1,30
d/q Bolsa Família	0,44	0,46	0,45	0,43	0,42	0,40	0,39	0,37	0,36	0,35	0,33	0,32	0,31
Discricionárias do Executivo	1,89	1,63	1,08	1,05	1,01	0,97	0,94	0,90	0,87	0,84	0,80	0,77	0,74
Pré-contingenciamento	1,89	1,63	1,58	1,05	1,01	0,97	0,94	0,90	0,87	0,84	0,80	0,77	0,74
Contingenciamento	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	-1,76	-1,49	-1,58	-1,18	-0,74	-0,25	0,27	0,68	1,03	1,47	1,72	2,08	2,24
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.827,6	7.284,6	7.831,5	8.405,8	9.016,0	9.673,3	10.383,4	11.150,7	11.980,3	12.876,7	13.844,2	14.889,9	16.020,6

TABELA 18. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,74	20,93	20,48	20,61	20,85	20,91	20,96	21,01	21,05	21,08	21,09	21,13	21,13
Transferências a E&M	3,76	3,62	3,48	3,53	3,60	3,64	3,67	3,71	3,74	3,77	3,80	3,83	3,85
Receita Líquida	17,98	17,31	17,00	17,08	17,25	17,27	17,29	17,30	17,31	17,31	17,29	17,31	17,29
Despesa Primária	19,80	19,65	19,10	18,48	18,20	17,88	17,64	17,38	17,19	16,98	16,85	16,69	16,62
Obrigatórias	17,91	17,81	17,72	17,64	17,37	17,07	16,84	16,60	16,42	16,23	16,11	15,96	15,90
Benefícios previdenciários	8,59	8,60	8,86	8,93	9,02	9,10	9,18	9,27	9,37	9,48	9,60	9,73	9,89
Pessoal e encargos sociais	4,36	4,37	4,35	4,36	4,07	3,78	3,52	3,27	3,03	2,82	2,61	2,43	2,25
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,56	0,56	0,56	0,55	0,55	0,55	0,54	0,54	0,54	0,53	0,53
Abono salarial	0,25	0,24	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
Seguro desemprego	0,53	0,53	0,52	0,52	0,52	0,51	0,51	0,51	0,50	0,50	0,50	0,49	0,49
BPC	0,82	0,82	0,81	0,80	0,79	0,77	0,76	0,74	0,73	0,71	0,70	0,68	0,67
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,10	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,20	0,18	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Subsídios e Subvenções	0,22	0,28	0,27	0,27	0,26	0,25	0,25	0,24	0,23	0,23	0,22	0,21	0,21
Demais obrigatórias	2,33	2,24	2,18	2,11	2,10	2,04	2,02	1,96	1,95	1,89	1,87	1,82	1,80
Sem controle de fluxo	0,32	0,29	0,27	0,24	0,26	0,23	0,25	0,22	0,24	0,21	0,23	0,20	0,22
Com controle de fluxo	2,01	1,95	1,91	1,87	1,84	1,81	1,77	1,74	1,71	1,68	1,65	1,62	1,58
d/q Bolsa Família	0,44	0,46	0,45	0,44	0,43	0,43	0,42	0,41	0,40	0,40	0,39	0,38	0,37
Discionárias do Executivo	1,89	1,40	0,86	0,84	0,83	0,81	0,80	0,78	0,77	0,75	0,74	0,73	0,71
Pré-contingenciamento	1,89	1,83	1,37	0,84	0,83	0,81	0,80	0,78	0,77	0,75	0,74	0,73	0,71
Contingenciamento	0,00	0,43	0,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	-1,76	-1,91	-1,59	-1,40	-0,95	-0,61	-0,35	-0,08	0,12	0,33	0,45	0,62	0,67
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.827,6	7.289,8	7.823,0	8.379,2	8.994,4	9.678,1	10.426,8	11.239,1	12.120,6	13.077,0	14.113,7	15.239,1	16.461,4

Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	Projeções			
						2019	2020	2021	2022
PIB – crescimento real (% a.a.)	0.50	-3.5	-3.3	1.1	1.1	1.8	2.2	2.3	2.1
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5,779	5,996	6,267	6,554	6,828	7,280	7,781	8,324	8,887
IPCA – acum. (% no ano)	6.41	10.67	6.29	2.95	3.75	4.21	3.96	4.03	3.95
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2.66	3.90	3.26	3.31	3.87	3.99	3.87	3.86	3.92
Ocupação - crescimento (%)	1.5	0.0	-1.9	0.3	1.41	1.3	1.2	1.1	1.0
Massa salarial - crescimento (%)	2.9	-0.1	-3.2	2.6	2.1	2.3	2.2	2.3	2.1
Selic – fim de período (% a.a.)	11.75	14.25	13.75	7.00	6.40	6.50	7.50	8.00	8.00
Juros reais <i>ex-post</i> (% a.a.)	5.02	3.23	7.02	3.94	2.56	2.20	3.40	3.82	3.90
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0.56	-1.86	-2.49	-1.69	-1.59	-1.81	-1.49	-1.20	-0.99
d/q Governo Central	-0.35	-1.95	-2.54	-1.81	-1.76	-1.91	-1.59	-1.31	-1.11
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	-5.39	-8.37	-6.49	-6.12	-5.55	-5.21	-5.00	-5.59	-5.99
Resultado Nominal (% do PIB)	-5.95	-10.22	-8.98	-7.80	-7.14	-7.03	-6.49	-6.79	-6.98
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56.28	65.50	69.95	74.00	77.22	79.61	80.96	82.10	83.49